

Comunicado

Lançamento do Manifesto Cultural da Terra de Miranda

O Manifesto Cultural da Terra de Miranda pretende chamar a atenção de todos os portugueses para um conjunto de injustiças que devem ser urgentemente corrigidas.

Estão a ser vendidas as três barragens do Douro Internacional (Miranda, Picote e Bemposta), que geram cerca de 1/3 da totalidade da energia hidroelétrica produzida pela EDP e são das mais rentáveis unidades do País.

O valor total da venda é de 2210 milhões de euros.

As receitas fiscais geradas por esta transação, pela tributação dos lucros anuais destas barragens, bem como o IVA da venda da energia, beneficiam apenas o poder central. Mesmo os impostos municipais beneficiam quase exclusivamente a cidade de Lisboa, por lá se encontrar a sede da EDP.

Na Terra de Miranda não fica praticamente nada. Neste modelo injusto e caduco, o que sobra para a região em que são explorados os recursos naturais são os impactos ambientais negativos da construção e da exploração das barragens. No centro da cidade de Miranda e no coração das Arribas do Douro subsiste uma pedreira de grandes dimensões, de onde foi retirado o granito para as barragens, a céu aberto e ao abandono, que nunca foi reparada. O mesmo acontece em Picote e Bemposta.

Esse modelo de apropriação da riqueza gerada para o poder central e do abandono das populações aos respetivos custos contraria os valores da justiça, da equidade, da solidariedade e da coesão territorial. É ele uma das principais causas da depressão demográfica e do empobrecimento do Interior do País.

Por essas razões, este modelo injusto deve acabar e deve ser corrigido por um modelo justo.

Esta riqueza é produzida por recursos naturais e deve ser restituída numa proporção justa às populações das terras onde é gerada.

Os agentes culturais subscritores do Manifesto exortam o Estado a corrigir a injustiça relativamente à identidade linguística e cultural da Terra de Miranda, discriminada e minorizada no tempo da ditadura, processo a que não foi alheio o início da exploração dos recursos hídricos do Douro. Contra esse contexto adverso, a riqueza linguística e cultural da Terra de Miranda resistiram, e são hoje, mesmo que continuamente ameaçadas, motivo de orgulho da região, como queremos que sejam também do nosso País. Necessitamos de acabar com o alheamento crónico e com a desresponsabilização do Estado.

Finalmente, é necessário corrigir uma injustiça histórica. Miranda foi várias vezes destruída para defender a fundação e a independência de Portugal, tendo sempre sido reconstruída, pela relevância do seu papel de baluarte da fronteira. Porém, após a última destruição, a 8 de maio de 1762, a cidade foi abandonada pelo poder central, ficando as ruínas e os escombros, que em grande parte se mantêm. O País deve a Miranda do Douro a reparação dessa injustiça histórica.

Há muito em que investir, rentabilizando os impostos que são gerados pela exploração dos recursos naturais locais, com toda a justiça e premência, sem pôr em causa o dever de todos de contribuirmos numa medida justa para o bem comum de Portugal.

Os subscritores deste Manifesto não pretendem aumentar a despesa pública, mas apenas uma reafecção de recursos e a sua utilização no investimento mais reprodutivo, transformando a Terra de Miranda num centro de produção cultural e de atração do turismo cultural, histórico e ambiental, que serão, por sua vez, fatores de sustentabilidade e de prosperidade da Terra de Miranda. É essa a via que escolhemos para reparar o conjunto de injustiças que nos levanta.

Apelamos a todos os portugueses que se juntem a nós, por um Portugal inclusivo e solidário, por um modelo de desenvolvimento para o Interior assente no conhecimento, na natureza e na cultura.